

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

### Salão Nobre de Melgaço

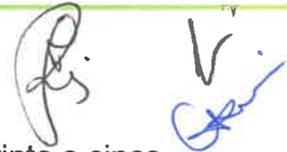
Sessão Ordinária n° 20  
de 28 - 06 - 2025

<b>Mesa da Assembleia Municipal</b>		
<b>Nome do Membro</b>	<b>Cargo</b>	<b>P/F</b>
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	<b>P</b>
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	<b>P</b>
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	<b>P</b>

<b>Membros Eleitos</b>	<b>P/F</b>	<b>Presidentes de Juntas de Freguesia</b>	<b>P/F</b>
José Albano Esteves Domingues	<b>P</b>	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	<b>P</b>
Manuel Luís Domingues Gonçalves	<b>P</b>	José Carlos Gonçalves	<b>P</b>
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	<b>P</b>	David Manuel Barbeitos	<b>P</b>
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	<b>P</b>	Joaquim Silva	<b>P</b>
Vítor Jorge Castro Rodrigues	<b>P</b>	Agostinho Alves	<b>P</b>
Cindy Vaz Bravo a)	<b>P</b>	Amado Dias	<b>F</b>
António Manuel Domingues	<b>P</b>	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	<b>P</b>
Manuel José Cardoso Rodrigues	<b>P</b>	Manuel Fernandes Esteves d)	<b>P</b>
Vítor Sílvio Cardadeiro	<b>P</b>	Alfredo Domingues	<b>F</b>
Márcio Alves b)	<b>P</b>	Amadeu Esteves	<b>P</b>
Tiago José Baleixo Lourenço	<b>P</b>	Ricardo Jorge Alves	<b>F</b>
Maria Aurora Soares Alves	<b>P</b>	Maximiano José Calheiros Gonçalves	<b>P</b>
Diogo Alexandre Rodrigues Pereira c)	<b>P</b>	Manuel Fernando Teixeira Pereira	<b>P</b>
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	<b>P</b>		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	<b>P</b>		
Manuel António Almeida	<b>P</b>		
Francisco José da Cunha e S. R. Lima	<b>P</b>		
Ariana A. Rodrigues Fernandes	<b>P</b>		

**P-Presença F-Falta**

- Substitui Maria José Rodrigues Dias
- Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues
- Substitui Alexandra Cláudia de Sousa Táboas
- Substitui José da Ascensão Afonso



Quando eram dez horas, do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à sessão.

Após a verificação dos deputados e presidentes de junta presentes, a Presidente da Assembleia, colocou a votação a ata da sessão n.º 19, da última reunião de 24 de abril de 2025. Após duas alterações relacionadas com a correção do apelido da deputada Aurora Soares (página 28, linha 18 e página 37, linha 19) e outra com a troca da palavra introdução por inventariação (página 35, linha 31), a ata **foi aprovada por unanimidade.**

<b>Assunto n.º1</b>	<b>Período de “Antes da Ordem do Dia”</b>
---------------------	---

A senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados Tiago Lourenço, Joaquim Silva, Aurora Soares, Vítor Rodrigues e Maximiano Gonçalves.

O deputado Tiago Lourenço, no uso da palavra principiou por dirigir cumprimentos à Mesa da Assembleia e ao Executivo, aos vereadores e deputados, presidentes de junta e ao público presente.

Iniciou a sua intervenção dizendo que trazia à Assembleia várias razões para se sentir orgulho por Melgaço. Sinais claros de que o concelho é território de talento, de trabalho, de cultura e de projeção. Começou pelo mais recente feito: “o jovem Miguel Alves, atleta do Melgaço em Patins, sagrou-se Campeão Nacional em Solo Dance, no escalão de infantis. Uma conquista que resulta da paixão, disciplina e esforço deste jovem que leva consigo o nome da nossa terra”, referiu o deputado. Também na dança houve motivos de celebração. O grupo Melgaço Dance Center foi apurado para o Campeonato Mundial de Dança, que terá lugar em Burgos, no próximo mês de julho. Um feito que leva o talento dos nossos jovens para um palco internacional e que projeta Melgaço além-fronteiras com arte, energia e identidade. No futebol, destacou a equipa feminina do Sport Clube Melgacense, que se sagrou Campeã Distrital de sub-17, e que irão também disputar a Taça Distrital. O senhor Deputado continuou a sua intervenção, referindo-se ao desporto de alto nível. Salientou, que era impossível não destacar que Melgaço será, entre os dias 23 e 27 de julho de 2025, palco do Campeonato Europeu de Bicicletas de Montanha, uma das mais prestigiadas provas

de ciclismo de montanha a nível europeu. Irão receber a elite do BTT europeu, reforçando o posicionamento de Melgaço como destino de excelência para o desporto de natureza e competição. Reiterou que havia um elemento que liga todos estes sucessos: o Centro de Estágios de Melgaço. As condições de excelência que ali existem, ao nível de infraestruturas, são fundamentais para que os atletas possam treinar com qualidade e competir ao mais alto nível. Um investimento com retorno e que está à vista de todos. Terminou a sua intervenção dizendo que, mais do que o desporto, isto representa também retorno para a economia local: hotéis, restaurantes, comércio, todos beneficiam da vinda de atletas, treinadores, famílias e visitantes. Melgaço tem talento, tem capacidade, tem vontade e tem, acima de tudo, futuro.

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Joaquim Silva. O senhor Deputado iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia na pessoa da senhora Presidente, o Executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara e restantes membros da Assembleia Municipal e ao público presente. O deputado dirigiu-se à Assembleia para falar sobre as ações de manutenção que estão a ser feitas na rede viária municipal.

Enquanto presidente de junta, o deputado congratula a recente ação realizada em Fiães, tendo sido reparados vários troços dentro da freguesia, demonstrando o alinhamento que o executivo tem com as necessidades de conservação das infraestruturas, promovendo um aumento da segurança e o conforto dos utilizadores. Não só em Fiães se tem verificado estas ações, mas em várias freguesias e não só agora, como durante vários anos, com um investimento registado nos últimos 5 anos superiores a 2.000.000€. Note-se que para além das ações da reabilitação dos acessos, estão a ser promovidas ações de requalificações das infraestruturas de água e saneamento que se encontram obsoletas, demonstrando que não se está apenas a fazer, mas a fazer bem. Relembrou ainda algumas ações realizadas, como a reabilitação. A saber:

Lista de Acessos:

Couso: Estrada da Rebolta – Cela - Couso; Fiães: Adavelha - Porto Carreiro; Paderne: Peso; Penso: Estrada de Ranhó; São Paio: Caminho das Veigas, Barral – Gaia; Castro Laboreiro: Acesso Curral do Gonçalo; Prado e Remoães N202 - Capela de Santo Amaro, Murinheiras; Vila: Acesso Vila – Paçô.

Retificações:

Acesso Sante - Pomares; Acesso - Vila (Rotunda do chafariz) a Chaviães (cruzamento visó); Acesso Pomares – Couso; Castro Laboreiro: Acesso Coriscadas – Adrofeire, Acesso da Seara; Cristóval: Acesso a Cevide; Gave: Acesso ao cemitério; Acesso ao lugar de Fiães: Acesso Pousafoles – Soutomendo; Acesso Sante (Paderne) - Igreja (S. Paio); Alvaredo: Estrada de acesso à Granja; Roussas: Acesso Igreja – Bilhões; Antiga Nacional.

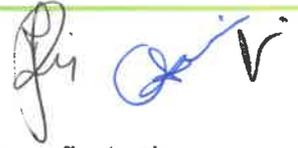
O senhor deputado terminou a intervenção agradecendo e desejando que os trabalhos a decorrer na Assembleia fossem profícuos.

Em seguida foi dada a palavra à senhora deputada do PSD, Aurora Soares, que iniciou a sua intervenção dirigindo cumprimentos à senhora Presidente da Assembleia e restantes membros da mesa, ao Senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, aos colegas deputados, bem como a todas as restantes pessoas presentes.

Referiu que chegou ao conhecimento dos deputados do PSD, que a Junta de freguesia da Gave pretende levar a cabo a construção de um Observatório Astronómico na Branda da Aveleira e que, para o efeito, em abril do corrente ano, requereu à Câmara Municipal um subsídio, no valor de 13.000,00 € + IVA, para a elaboração do projeto de arquitetura e especialidade, e, no corrente mês de junho, requereu um novo subsídio, no valor de 30.000,00 € + IVA, para a construção parcial das infraestruturas destinadas à edificação. Disse, ainda, que é sabido que, além dos custos com os projetos e infraestruturas físicas, será necessário também, adquirir e pagar, equipamentos de natureza técnica e tecnológica, cujo preço é, certamente, considerável, para não dizer astronómico. Continuou dizendo que haverá, também, custos com a manutenção regular da infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal, cujas remunerações terão, igualmente, de ser pagas. Mais referiu, que aqui chegados e, não obstante, lhe poder ser respondido que é uma obra da Junta de Freguesia da Gave e que a Câmara Municipal se está a limitar a subsidiá-la, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se, com vista a tal subsidiação não se exige um orçamento, um caderno de encargos, um eventual estudo da viabilidade económica e financeira. Questionou, ainda o senhor Presidente da Câmara, se não é à Câmara que cabe fiscalizar os investimentos para cujo custeamento transfere verbas do Município, e quais serão os custos que a edificação, equipamentos e mão de obra irão implicar e quais a contrapartidas ou oferta complementar que tal investimento irá aportar para

o concelho. Perguntou, também, se, acaso seja aquele o local ideal para a implantação do observatório, não deveria ser outro organismo, distinto da Junta de Freguesia, o dono da obra, fosse um Instituto, uma Universidade ou uma entidade ligada à investigação, assumindo esta o envelope financeiro. Salientou, ainda, que não se poderá esquecer que, se o projeto não vier a obter financiamento, por fundos comunitários, ou se obtendo, tiver de haver participação por parte da Junta de Freguesia, não sendo os fundos destes suficientes para lhe fazer face, o mais certo é que a Junta de Freguesia em causa continue a bater, como até aqui, à porta da Câmara Municipal. Finalizou a sua intervenção dizendo que, pese embora os deputados do PSD sejam a favor de que haja investimento no concelho, não se poderá descurar a questão do retorno ou contrapartidas para o concelho e para as suas gentes, bem como, a questão da sua sustentabilidade financeira, de forma a não ser criado mais um buraco ou sorvedouro de dinheiros públicos.

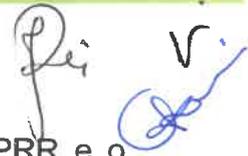
Terminada a intervenção da deputada da bancada do PSD, a senhora presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Vítor Rodrigues, que após cumprimentar toda a Assembleia referiu que o assunto que o colocava perante o plenário assentava na simplicidade natural da nossa gente, na sua religiosidade, nas suas crenças, na sua arte, na sua alma. “É verdade! No dia 17 de junho, à noite, crianças, jovens e menos jovens, saíram à rua e, imbuídos de cores e sonhos, criaram autênticas obras de arte no chão – os Tapetes do Corpo de Deus. E eu, depois de toda aquela azáfama, passei uma boa parte da noite a deambular, olhando para o chão, para a esquerda, para a direita, para os rostos das pessoas, falando, sorrindo, rindo... E era tanto o que se passava à minha volta que dei por mim a pensar no que é o orgulho, o orgulho de ser melgacense. Não é que tenha sido este episódio a despertar em mim o orgulho de ser melgacense. Esse sinto-o desde sempre, e sempre! E é tão grande que nunca deixei que alguém dissesse que a minha terra é inferior a qualquer outra terra, até porque a minha terra é a mais linda de Portugal, do Mundo, do Universo! Penso mesmo que só quem já não acredita na sua terra é que confessa aos outros que é preciso ressuscitar o orgulho de ser melgacense. Ironicamente, conheci um Presidente do Conselho Executivo do AEM que, não sendo melgacense de gema, como muitos gostam de dizer, tratava o concelho vizinho como 18.ª freguesia de Melgaço, tal o apego que tinha a esta terra. Para ele, não havia melhor terra do que Melgaço. Eu sou um “melgacense de gema”. Aqui nasci, aqui cresci, aqui trabalho,



aqui vivo.... Aqui a terra me há de comer! Esta terra e não outra! Talvez não tenha feito tudo o que deveria ter feito por Melgaço... Não contribuí, como muitos que aqui estão, por exemplo, para o saldo positivo da população melgacense... Mesmo os meus filhos, que aqui foram criados, que adoram Melgaço, que aqui vão passando as férias, andam, por opção, por outras paragens.... Sim, por opção! Acontece! Resumindo: apenas consegui arrastar para aqui uma emigrante, com todos os sonhos que lhe iam na alma! Por isso, antes de pensar no que os outros podem fazer, olho sempre para aquilo que eu fiz ou estou a fazer por Melgaço! É que os nossos sonhos, por vezes, levam-nos para diferentes caminhos e, muitas vezes, somos nós próprios que nos afastamos. Andava eu nestes pensamentos, quando, também, nessa mesma noite, o entusiasmo me varreu a alma! Também não precisava de ver o que vi para ficar entusiasmado, pois sou, por natureza, um fervoroso entusiasta de Melgaço! Estranho, por isso mesmo, que alguns, aconteça o que aconteça em Melgaço, em vez de espalharem entusiasmo aos quatro ventos, preferam falar de uma certa “depressão coletiva”. Começo a pensar que estamos perante um caso especial de depressão seletiva. Só pode ser! É que, naquela noite, nas nossas ruas, e mesmo depois de vários dias de preparação, eu vi as pessoas a entregarem-se, orgulhosa e entusiasmadamente, à meticulosa tarefa de criar os Tapetes do Corpo de Deus. Dir-me-ão que é sol de pouca dura, que foi apenas naquela noite! Não! O orgulho e o entusiasmo estão aí! Veja-se: Quantas atividades e iniciativas não são realizadas no nosso concelho ao longo do ano? Quantos visitantes recebemos? Não conseguem ver o que acontece? Não conseguem ver o que acontece em Paderne? Não conseguem ver o que acontece em Alvaredo? Não conseguem ver o que acontece em Prado e Remoães? Em Penso? Em Fiães? Em Castro Laboreiro? Em Lamas de Mouro? Na Gave? Em Couso? Em Paços? Em Cristóval? Não conseguem ver o que acontece na Vila e em Roussas? Não conseguem ver o que todas as juntas de freguesia fazem? Não conseguem ver o que as instituições fazem? Não conseguem ver o que as associações fazem? Não conseguem ver as pessoas que optam por viver em Melgaço, os imigrantes que dizem ser um paraíso? Eu vejo! Eu sinto orgulho! Eu vivo entusiasmado! Mais: eu, que sou um simples professor, incuto sempre aos meus alunos, como sempre incuti aos meus filhos, o amor por Melgaço! E quando se ama, apenas a saudade nos deveria perturbar! A saudade dos nossos! A saudade da nossa terra! A saudade, quando estamos longe! Da minha parte, não dou muitas

oportunidades à saude, porque quase nunca saio daqui! Não quero! Não me apetece! E porque ainda estou aqui, neste púlpito, deixem-me apenas dizer mais duas pequenas coisas: Primeira - Parabéns a todos, às nossas gentes, aos nossos mais velhos, aos nossos jovens, às nossas associações, às nossas instituições, às nossas juntas de freguesia – Os Tapetes do Corpo de Deus foram e são um sucesso. Os Tapetes do Corpo de Deus são a demonstração de tudo aquilo que somos capazes de fazer quando realmente acreditamos em nós. Segunda – Obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, e na sua pessoa um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o sucesso desta atividade. Obrigado, porque, sendo uma tradição antiga, está, desde o ano passado, revigorada. Hoje já se sonha com o que se vai fazer no próximo ano nos Tapetes do Corpo de Deus! Não há como sonhar para realizar! Tenho dito.”

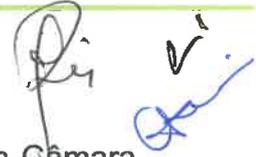
A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao último interveniente desse ponto da ordem do dia, Maximiano Gonçalves. O senhor Deputado da bancada parlamentar do PS, iniciou cumprimentando toda a Assembleia presente e iniciou a sua intervenção enumerando vários assuntos que considera importantes na vida do concelho. O primeiro, a requalificação do Centro de Saúde. Referiu que era do conhecimento público que já iniciaram as obras do referido Centro, um investimento de cerca de 2 milhões de euros, que visa criar a nível de instalações um serviço de saúde mais moderno, mais eficiente, com maior capacidade para atender a população. Visa também criar mais recursos físicos, tecnológicos, que reforcem o atendimento. O próximo passo será, como tem sido nos últimos anos, o de lutar junto da tutela, neste caso, do Governo/ Ministério da Saúde, para que seja melhorado e reforçado o atendimento médico existente. Sabe-se que os vários governos que têm passado durante os últimos anos pelo país, o tem prometido, mas infelizmente tal não tem acontecido, a nível nacional, mas é uma luta para continuar. As instalações requalificadas já são uma certeza, graças a esse investimento e ao trabalho desempenhado pelo senhor Presidente, enquanto Presidente da CIM. Este investimento é extensivo a todos os dez concelhos do Distrito, alguns concelhos até com mais do que uma extensão de saúde e, portanto, foi reconhecido que a CIM deu um grande passo para que fosse possível esse investimento nessa área. Talvez pudesse ter sido dado pelos Governos, mas terá que ser sempre a Municipalidade, neste caso a CIM e os Municípios a darem esse passo. Em seguida, o senhor deputado abordou o tema da requalificação da Pousada da Juventude, recentemente



inaugurada. Foi um investimento de 600.000€, financiado em 75% pelo PRR e o restante pelo Município, valor esse que rondará os 150.000€. Uma feliz recuperação, quando irá ser lançado um novo curso na Escola Superior de Desporto e Lazer e que irá proporcionar uma maior qualidade no alojamento dos estudantes em período escolar. Com a referida qualificação, o concelho de Melgaço passará a ter à volta de 60 camas, juntando a antiga Escola Primária de Prado, com as devidas condições regulamentares para os estudantes do Ensino Superior. A nova Pousada, será ainda, fora do período escolar, um alojamento a ter em conta, para todos os jovens que visitam Melgaço. Falando ainda de escolas e de níveis escolares, o senhor deputado realçou ainda as instalações onde funcionam os diversos graus de ensino que abrangem o Concelho, desde a creche até ao Ensino Superior. Referiu também instalações desportivas magníficas, que permitem todo um conjunto de modalidades. Estas são tão diversificadas que muitos já reconhecem, os mesmos que antes criticavam a existência dessas instalações, que talvez fosse necessário criar novas condições/instalações para tantos praticantes que vão aparecendo. Outro investimento que o deputado abordou na Assembleia foi a criação de um laboratório de Inovação e Transferência de Conhecimento e Tecnologia, uma parceria entre o Município e, como em outras parcerias que o Município tem desenvolvido com várias entidades do Ensino Superior, o IPVC, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Isto irá, certamente, reforçar a ligação entre a ciência, as empresas, o território, com um foco especial, na valorização do setor agroalimentar e da casta Alvarinho. Um espaço de investigação que contará com um laboratório, áreas de experiência no terreno, residências para investigadores, nacionais e internacionais, o que irá engrandecer e proporcionar novas experiências ao concelho. Outra área referida pelo senhor deputado foi o investimento privado. Também há investimento privado em Melgaço. É um facto, até porque está à vista de todos que a nossa terra está no radar de muitos, por boas e diversificadas razões. Na área da habitação, o aumento significativo na construção na vila de Melgaço, mas também noutras freguesias do concelho, fruto da imigração. Na área comercial, com a construção, não só de grandes superfícies, mas também de outros espaços comerciais. Faltará perguntar aos mesmos crentes na estratégia seguida pelo Município, porque será que tal acontece! Não se terá descoberto, com certeza, alguma mina de metal precioso em algum local próximo. Não! Sente-se tal, porque Melgaço está vivo, respira, está a criar metas

ambiciosas no seu desenvolvimento, e acima de tudo, porque tem qualidade de vida. O que, aliás, vem sendo referido por todos os colegas, até pela intervenção da deputada Aurora Soares, sobre o investimento que se pretende fazer na freguesia da Gave. Outro assunto: a aplicação de fundos estruturais em Melgaço, passados 40 anos da adesão à Comunidade Europeia. Lembrou que Melgaço teve destaque na imprensa, na radiotelevisão, devido à aplicação de fundos comunitários. Na rádio, na Antena 1, foi dado destaque ao exemplo de Castro Laboreiro, e tudo aquilo que foi possível executar através dos Fundos e com a ajuda dos investimentos Europeus. No final da reportagem, uma frase do jornalista que ilustra bem tudo o que foi ali dito: “há exemplos, como este, que valem por muitos!” Na televisão, Melgaço também teve destaque, através de uma intervenção do presidente da Comissão de acompanhamento do PRR, Pedro Dominginhos, que começou por referir os atrasos significativos e que são de conhecimento público, atrasos, a nível nacional. Muitos investimentos que são subsidiados pela Comunidade Europeia, nesse caso pelo PRR, e cujos atrasos poderão levar à redução de verbas. Nessa sequência, destacou Melgaço como um exemplo positivo. Realçou o trabalho do Município na planificação, na apresentação dos projetos e das candidaturas, e sobretudo, na execução desses projetos, referindo especialmente, e devido o seu elevado custo, a Área de Acolhimento Empresarial. Também nesse aspeto, o PRR é para cumprir, está a ser cumprido com responsabilidade, com visão, com ação, e a boa utilização de execução dos fundos é visível e reconhecida. O senhor deputado dirigiu-se ao senhor presidente da Câmara, dizendo que são testemunhos como esses que orgulham a bancada do Partido Socialista, e devem orgulhar os melgacenses. Mas também são testemunhos como esses que vem reforçar a convicção de que vale a pena continuar a trabalhar por Melgaço. “Continuamos, e estamos convictos, que Melgaço está no rumo certo para atingir novas metas. Assim todos acreditemos que Melgaço é um concelho com futuro, onde merece a pena viver, ver viver os nossos filhos e os nossos netos. Enfim, onde todos nos orgulhemos de ser melgacenses, e que todos nós continuemos a colocar o nosso concelho na primeira posição, porque aí sim, seremos verdadeiros melgacenses!” concluiu o senhor deputado.

Tendo pedido o uso da palavra e sendo-lhe concedida o deputado José Albano Esteves Domingues começou por apresentar cumprimentos à Presidente da Mesa da



Asssembleia e demais membros que a compõem, ao senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, às e aos Deputados Municipais, técnicas do Município e público presente. Principiou a sua intervenção afirmando ficar pessoalmente satisfeito por perceber que as pessoas no geral e deputados da Assembleia em particular, mesmo os da bancada do Partido Socialista, escutam as suas intervenções e as fazem merecedoras dos seus comentários. Afirmou, com relação ao que havia acabado de escutar, designadamente da parte do deputado Vítor Jorge Rodrigues, que não iria fazer nenhuma declaração de campanha eleitoral, nem um qualquer discurso inflamado, por entender que nem era esse o momento nem o lugar. Acrescentou, com o mesmo foco, que às vezes é de todo conveniente sair-se do cantinho que normalmente ocupámos, das nossas quatro paredes, e falar com as pessoas, com mais gente, muita gente, até de fora de Melgaço, para logarmos ter uma melhor perceção e um termo comparativo sobre as realidades que nos rodeiam. Disse, depois, que temos de ter a seriedade de reconhecer o que tem sido bem feito, mas também a humildade de aceitar que muita coisa não está bem. Do acabado de referir o senhor deputado partiu, depois, para relembrar que se deve atribuir o mérito de algumas iniciativas, como a da realização dos tapetes por ocasião da festa do Corpo de Deus, focada pelo deputado Vítor Jorge, a quem teve a iniciativa e o trabalho de as levar a cabo, dando, nesse âmbito, os parabéns à sociedade civil, às associações, às coletividades e grupos de cidadãos que se empenharam seriamente na realização da atividade, os quais parabenizou. Ainda com relação a intervenções que havia escutado da bancada do Partido Socialista referiu que a democracia, de facto, por vezes, ou para algumas pessoas, é uma “chatice”, que apeteceria, a tais pessoas, fazer uma ponte temporal e passar desde logo para meados do mês de outubro, pós ato eleitoral, mas que isso não é possível, sendo o povo quem tem a palavra. O deputado José Albano terminou esta sua intervenção apelando a que haja discussão de ideias e de projetos, o expressar de opiniões divergentes, com respeito mútuo, pois que é da discussão de diferentes modos de ver que se logrará construir um melhor futuro para o concelho.

A senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor deputado Diogo Castro. Após cumprimentar todos os presentes, o deputado, à semelhança do Presidente de Freguesia de Fiães, agradeceu a colaboração da Câmara Municipal por todo o apoio que tem prestado à Junta de Freguesia de Alvaredo, destacando duas

obras estratégicas para a freguesia. Uma delas foi a ampliação do cemitério de Alvaredo. Um problema que se arrastava há vários anos e que chegou ao ponto em que somente havia cinco sepulturas disponíveis, e uma lista dez pessoas a quererem comprar. Felizmente foi possível comprar 500 metros de terreno para se realizar essa ampliação, e foi necessário o apoio do Município para ajudar a pagar uma parte dessa obra. Sempre foram bem atendidos pelo executivo, estando a obra em execução, o que deixa o senhor presidente da junta muito satisfeito por ver mais um problema da freguesia resolvido. Agradeceu também a colaboração na estrada Maninho-Padreiro, um dos principais acessos da freguesia que, segundo o autarca, era uma das piores estradas do concelho. Obra essa, em que também foi realizado o escoamento de águas, e que está em andamento. A Junta de freguesia só tem a agradecer a grande ajuda da autarquia. Também a autarquia foi fundamental na realização de um protocolo, ajudando nas candidaturas feitas para a recuperação do edifício da junta de freguesia. Sem esse apoio seria impossível conseguir dois financiamentos. Esse edifício já não era intervencionado há mais de 40 anos e nos próximos 2 anos esperam ver recuperado. Só com o apoio do município é que foi possível a candidatura a tais financiamentos. O senhor deputado terminou a sua intervenção agradecendo a todas as pessoas que passaram pela freguesia no âmbito das festas de s. João de Alvaredo, festa essa em que toda a freguesia se une, trabalha e cria um grande evento, com um fantástico ambiente. Só assim, trabalhando, dando valor à terra, tendo orgulho nas gentes, é que se consegue que o concelho evolua, sentindo orgulho ser de Alvaredo, em ser de Melgaço.

Após as intervenções de antes da ordem do dia, a senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para responder as questões colocadas pelos deputados.

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar os presentes na Assembleia. Em seguida, deu uma breve explicação sobre os assuntos elencados pelos deputados. Iniciou pela intervenção do deputado Tiago Lourenço, que fez referência a um conjunto de atividades de associações, também de iniciativas na área do desporto, que têm permitido ao município, nos últimos anos, transformar-se num município de referência no que ao desporto diz respeito. Sublinhou que a Câmara municipal tem feito aquilo que lhe compete, que é criar as condições para que as coisas aconteçam. Foi feita referência ao Centro de Estágios: não há dúvidas



nenhumas que permite criar condições únicas para a prática do desporto, nas várias modalidades que o desporto tem, portanto, permite que a sociedade civil agarre iniciativas, faça com que essas iniciativas cresçam, e tragam excelentes resultados para o município. Sobre a patinagem o Miguel é também um exemplo extraordinário de como é possível ser-se campeão num território como Melgaço; a dança da Melsport, também com um trabalho extraordinário e com ótimos resultados; a equipa feminina do melgacense, o trabalho que o melgacense faz todos os anos para levar o desporto além-fronteiras, mas sobretudo criando condições de prática desportiva para os mais novos, porque isso é o mais importante. É, realmente, possível com todas essas organizações, dar condições para que os mais novos façam desporto. Desporto é saúde, desporto é importantíssimo para a exploração da personalidade de cada um dos jovens.

O senhor Presidente da junta de Fiães, engenheiro Joaquim, fez uma referência ao investimento em rodovia. É verdade, tem-se feito ao longos dos três mandatos uma intervenção cirúrgica, que considera importante na renovação e requalificação da rede viária municipal. Foram várias as freguesias onde essa intervenção foi realizada. Em Paços, por exemplo, uma intervenção fortíssima, para lembrar aquilo que era um compromisso e uma ânsia grande da população dessa freguesia, a requalificação integral da estrada da Sr.<sup>a</sup> de Lurdes a Sá, e que ficará notável. Também intervenções em S. Paio, na Vila, na zona da Barbosa em que estão a ser requalificados os passeios e depois a repavimentação da estrada, em Alvaredo e outras mais freguesias.

A deputada Aurora Soares, que habitualmente vem apontar problemas mais ligados ao lixo, à preservação da zona urbana, hoje tem um olhar mais astronómico, e bem, essa mudança é positiva. A Câmara acompanha esse projeto, com a junta de freguesia da Gave, há sensivelmente dois anos. O senhor presidente teve oportunidade de no dia do Brandeiro de 2023 ter ouvido um conjunto de peritos vindos da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho, e era importante o investimento nessa área porque a zona onde se vai criar na branda da Avelreira, é uma zona privilegiada para observação astronómica. E, portanto, saudou o presidente Agostinho Alves, que tem sido um homem arrojado em relação a muitos investimentos e muitas intervenções na freguesia. Tal como já referiu anteriormente em reunião de Câmara, o senhor presidente diz que têm de se associar a projetos de visão, a projetos que não são fáceis, onde há alguma complexidade quer na sua realização, quer

depois no futuro, na gestão do projeto, mas é com audácia que as coisas se fazem, e é não tendo medo de fazer, que as coisas acontecem. Nem sempre nas vidas pessoais, e institucionais, tem de ter as contas completamente feitas, é preciso arriscar. Terminou este assunto dizendo que, com um projeto dessa natureza não lhe faltarão oportunidades de financiamento no quadro. Está a chegar o programa de financiamento PROVERE, está a ser lançado, e embora atrasado, acredita o senhor Presidente que haja condições para que no futuro um investimento desses tenha condições para se realizar.

Sobre a intervenção do deputado Vítor Rodrigues, o Presidente da Câmara disse que já o ouvira em vários momentos a falar da sua terra, com um entusiasmo extraordinário, e disse-lhe que, em doze anos, e em muitas Assembleias Municipais, não ouviu nenhum deputado fazer uma intervenção com a alegria, com o orgulho e com a capacidade de vibrar com o território como o deputado apresentou na Assembleia. Agradeceu, pois entende que é com gente com essa capacidade de vibrar que o município terá condições de fazer o seu futuro. Não é tempo de depressões, sejam elas coletivas ou seletivas, é tempo de agarrar o futuro com as mãos e fazer com que ele aconteça. Não estão, nem de longe nem de perto, numa situação menos boa, estão com condições criadas para que o município possa fazer um futuro de valor e risonho para todos, e, não é, nem de longe nem de perto, menor do que qualquer outro município. Quando se faz o discurso de que é um município muito pequenino, é importante saber que está acima dos cem municípios com menor dimensão que Melgaço. O exemplo da Dinamarca e da Suécia, que têm cerca de 50% da população de Portugal, e são economias super pujantes. Portanto, maior dimensão nem sempre é garantia de sucesso.

O deputado Maximiano falou de um conjunto de investimentos que a autarquia está a fazer. O centro de saúde foi uma luta grande da CIM Alto Minho. Primeiro, para que fosse possível ter condições para fazer o projeto, o que não foi fácil. A ULSAM não estava muito disponível para que cada um dos municípios arrancasse com um projeto próprio. Mas o que foi dito à ULSAM foi que, ou os municípios, com a CIM, agarravam nesse assunto, faziam o projeto e depois candidatavam-se à obra, ou não havia nada e não se aproveitava o PRR. Foi o que aconteceu e assim conseguiu-se vencer as resistências da ULSAM, com a realização de um protocolo a 22 do corrente mês. Foi possível cada um dos municípios fazer projeto, foi possível com os projetos



iniciais fazer um apanhado da despesa, na altura por volta dos 13 milhões de euros, que foi a despesa calculada para o somatório das intervenções no distrito, e rapidamente se passou para os 25 milhões, em todo o distrito, na área da saúde. No caso de Melgaço, mais 2 milhões de euros para a requalificação e ampliação do Centro de Saúde, que é muito necessária. Às vezes discute-se em praça pública se é ou não necessário requalificar e ampliar, porque o que interessa é ter mais serviços médicos. É necessário, porque o Centro de Saúde de Melgaço é um edifício com duas alas. E em 2010, com a obra de construção da Unidade de Cuidados Continuados, que está a funcionar, e muito bem, passou a ter uma ala apenas e ficou reduzido. E, portanto, os serviços para estarem devidamente instalados, precisarão dessa requalificação. Está a ser feito esse trabalho, assim como noutros municípios. Outro dos assuntos abordados pelo deputado foi a Pousada da Juventude. A Pousada foi construída e mais ninguém tinha olhado para ela. Também está a acontecer em Melgaço o investimento privado, que é muito: na habitação; o Continente; o Grande Hotel do Pezo partitamente a ser inaugurado e muitos outros investimentos. O Presidente da autarquia mencionou, de seguida, o que recentemente foi assinado: o Protocolo com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que permite a criação de um Up Tecnológico em Melgaço. Projeto esse, que tem como base de partida todo o trabalho que foi feito anterior, e depois com o NUTRIR, e agora permite, no distrito, alavancar esse UP Tecnológico em Melgaço. Outro assunto a discutir na agenda da ordem de trabalhos, é a participação do Município no CVTT – Centro de Valorização e Transferência Tecnológica para território, na área do Agroalimentar. Assim, haverá em Melgaço, condições de transferência de conhecimento, mas sobretudo condições de transferência de tecnologia. A gente da área do vinho, já conhece bem o que está a fazer e sabe das tecnologias existentes, mas será muito positivo que haja gente especializada, empresas na área da tecnologia a trazer aos produtores soluções tecnológicas e inovadoras para a área da vinha e do vinho. Só que tem pensamento reduzido é que acha que tudo aquilo que se faz está bem feito, e não é preciso fazer nada de mais e melhor. É preciso fazer mais e melhor e esse é o objetivo da criação deste UP tecnológico em Melgaço, referiu o presidente. O deputado Maximiano falou ainda da questão do aproveitamento do PRR. É verdade que Melgaço tem sido citado por isso e o Dr Pedro Dominginhos, presidente da comissão nacional de

acompanhamento do PPR tem, em vários momentos, referido Melgaço como um exemplo, e pediu uma visita a Melgaço, novamente, já agendada, para verificar em loco esse trabalho e essa execução do PRR, de uma forma concreta. Haverá também oportunidade de lhe mostrar o investimento feito na área da saúde, na área da habitação, e entre outros, e o que está a ser feito na área empresarial de nova geração. Como referido anteriormente, foram dez municípios que conseguiram aprovar a candidatura de investimento nessa área, apenas o município de Melgaço tem obra a realizar e praticamente a ser concluída. Nenhum dos outros projetos ainda arrancou. Há expectativa de que três ou quatro desses projetos ainda consigam arrancar em tempo útil para se realizarem dentro do período de realização do PRR. A verdade é que só Melgaço conseguiu fazer projeto, aprová-lo, financiá-lo, pô-lo no terreno, e, agora, está praticamente concluído. O senhor Presidente deixou um convite aos senhores deputados da Assembleia: “subam, quando tiverem oportunidade, até à montanha, em Penso, e vejam o que lá está neste momento feito, e já praticamente pronto. Portanto, é um orgulho ter conseguido estar na frente, quando se fala em investimento.

Sobre a intervenção do deputado José Albano, o senhor Presidente referiu que não faria considerações, que são mais de cariz político. O deputado Diogo, Presidente da Junta de Alvaredo, falou do apoio às freguesias. Num dado momento, referiu o Presidente da autarquia, gostaria de fazer um balanço desse apoio feito às freguesias ao longo dos três mandatos, com números, para todos perceberem aquilo que a câmara municipal durante esse tempo transferiu para as juntas de freguesia para que elas pudessem fazer obra. O senhor Presidente terminou dizendo que não fizeram mais do que a obrigação, apenas cumpriram com as juntas de freguesia.

Em pronúncia sobre a resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos deputados municipais no período de “Antes da Ordem do Dia” o deputado José Albano aludiu a que por estarmos em ano de eleições estávamos também em “ano de alcatrão”, promovendo-se intervenções, mesmo que pontuais, em algumas vias. Referiu que apesar disso, locais há que são sistematicamente esquecidos, não obstante o pavimento se encontrar num estado deveras lastimável, de completa degradação, dando como exemplo o Largo do Santo Cristo, na Vila de Melgaço, ponto fulcral para o estacionamento e inversão de marcha, numa zona, próxima da Santa Casa, tão carecente deste tipo de resposta. Lembrou que já há anos havia falado na

necessidade desta intervenção, que nada tinha sido feito desde então, mas que ainda se estava a tempo, até por a maquinaria e mão-de-obra se encontrar no terreno, de, havendo vontade política, a levar a efeito.

O senhor Presidente registou a solicitação do senhor deputado José Albano Domingues.

Terminadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º2</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal</b>
---------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação sobre este assunto, para além da que consta no documento enviado aos senhores deputados. O Presidente da Câmara entendeu que não era necessário, pelo que a Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º3</b>	<b>Análise e deliberação dos Contratos Interadministrativos no âmbito do Transporte, com a Freguesia de S. Paio e União de Freguesias de Chaviães e Paços.</b>
---------------------	--

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir este ponto da ordem de trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto recorrente, já preparado ao longo do ano e se alguma questão houvesse, estaria disponível para esclarecer.

Neste ponto da ordem de trabalhos o deputado José Albano referiu ser sobejamente conhecida a posição da sua bancada nesta matéria, explicada e escarpelizada ao longo dos dois últimos mandatos e justificativa do voto no sentido da abstenção, pelo que não iria estar a maçar a Assembleia com a reprodução dos argumentos. Acrescentou, todavia, que, para o caso de se quererem fazer as coisas bem, iria apontar alguns lapsos e/ou erros no primeiro quadro que consta da "informação Interna" (verso da 1ª folha), onde se alude ao ano letivo de 2021/2022, quando se queria aludir ao ano letivo de 2024/2025, quadro esse repetido no Anexo I dos Contratos Interadministrativos, bem como no tocante ao preço ou valor

adjudicado por km que consta desse mesmo quadro, que é (por arredondamento) de 5,91 €uros (dividindo os 1.707,50 € do valor adjudicado/dia, pelos 289 kms que aí constam) e não de 5,40 €uros.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º4</b>	<b>Análise e deliberação a alteração/atualização do Regulamento Municipal dos Empreendimentos Turísticos e dos Estabelecimentos de Alojamento Local</b>
-------------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. O Senhor Presidente da Câmara referiu que o regulamento apenas teve de ser revisto por imperativo legal.

No uso da palavra neste ponto o deputado José Albano afirmou que as normas jurídicas, plasmadas em leis ou regulamentos, devem ser claras, escuras e de fácil leitura e interpretação. Referiu, seguidamente, que encontrou nesta proposta de alteração do RMETAL alguns artigos, que de seguida enunciou, cuja redação é tudo menos feliz e que, a seu ver, teria necessariamente de ser revista, sugerindo as seguintes retificações:

- a) - Artigo 3º, nº 1: após “realização” deveria seguir-se “por via de ofício enviado preferencialmente através de notificação eletrónica ou então de correio registado”, e tal porquanto o ofício tem de ser enviado sempre, seja através de e-mail ou de correio postal;
- b) - Artigo 4º, nº 3: após “10 dias úteis” deveria constar “com relação à data da sua realização”, evitando a repetição ou redundância, e depois, pelas razões anteriormente expostas, “através de ofício a enviar ao promotor, preferencialmente por correio eletrónico ou através de correio postal registado, devendo obrigatoriamente constar daquele ofício, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos:”;

- c) - Artigo 9º: Porque as vistorias são pedidas antes do licenciamento e as taxas pagas contemporaneamente a esse pedido de licenciamento deveria constar que “são sujeitos passivos da taxa o proprietário do imóvel ou requerente da licença de exploração” e não a entidade exploradora do AL ou do Empreendimento Turístico, que pode ser uma entidade diferente e à qual a exploração é por norma entregue após o licenciamento – vide artigo 15-A; e,
- d)- Artigo 17º do diploma republicado, que deve ser completado e retirado o que aí consta como “Erro! A origem da referência não foi encontrada”.

Sobre este assunto, o Presidente da Câmara referiu que sobre a alteração do artigo 17º já tinha sido feita a sua correção, assim como foi feita a correção do artigo 1.º, pelo que se pode considerar que o documento já foi corrigido no seguimento da reunião de câmara. Quanto à questão da comunicação obrigatoriamente por ofício, pode-se ter em consideração, no entanto, na relação entre Câmara Municipal com as entidades com quem trabalha, nomeadamente com a CCDR, atualmente, toda a comunicação é feita por e-mail, já nada vem por ofício. Por isso, acrescentou o presidente, já não choca que a comunicação entre a Câmara Municipal com os proprietários de equipamentos turísticos, também seja feita por email.

Sobre as questões enunciadas pelo deputado José Albano, solicitou da palavra o senhor deputado Manuel Luís Gonçalves. Após cumprimentar a Assembleia, em relação ao artigo 3º, nº 1, concorda, porque se está a fazer a interpretação correta de que: uma coisa é o ofício, outra coisa é um email do envio. O ofício, administrativamente, é um documento relevante. O mais correto seria até por correio eletrónico, ou preferencialmente até por via postal registado, portanto, nessa parte a bancada do PS, concorda com a bancada do PSD. Quanto ao artigo 4º, nº 3, o retirar antes, uma vez que se fala na precedência, também não se opõem. No que se refere ao artigo 9.ª também concordam porque a taxa deve ser paga pelo proprietário. Aparenta trata-se de um lapso, portanto será um erro, e a bancada do PS não se opõe a essas alterações. Referiu, também, que a Lei permite que o referido regulamento pode ser alterado pela Assembleia Municipal.

O senhor Presidente referiu que seria desejável que assim acontecesse para haver mais eficácia no regulamento.

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa colocou o documento à votação, com as alterações acima elencadas. O regulamento foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º5</b>	<b>Análise e deliberação da proposta de adesão do Município de Melgaço à “Associação Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia 3AR – Agricultura, Ambiente, Alimentação e Recursos, na área temática do Agroalimentar”, associação científica, tecnológica e de assistência técnica, sem fins lucrativos e de natureza privada.</b>
-------------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para explicar este ponto antes de o colocar à discussão.

O Senhor Presidente informou que o que se propõe é a criação de uma Associação com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o município de Melgaço, município de Ponte de Lima, município de Ponte da Barca, que entrarão como sócios fundadores, e um conjunto de privados, para que essa Associação, uma vez constituída, possa candidatar-se, neste período de financiamento, à construção e ao equipamento e, posteriormente, possa avançar com candidaturas especiais para os recursos humanos trabalharem nesse Centro de Valorização de Transferência de Tecnologia. A CIM aprovou os estatutos e a sua participação no seu concelho intermunicipal. É importantíssimo que o município esteja também na constituição dessa Associação, até porque este CVTT nasce em Melgaço, em consequência de toda a discussão ao longos de todos estes anos, à volta da construção do NUTRIR 2021. Foi todo esse trabalho que levou a que a CCDR-N, que neste quadro de financiamento procurou mapear no norte onde deveriam ser colocados selos tecnológicos, para o Alto Minho. Dois novos centros tecnológicos, este ligado ao agroalimentar e outro ligado à área do Mar, sobretudo às energias oceânicas, que terá sede em Viana do Castelo. Tem-se ainda, o reforço daquele que já existe, e que

também constará, do Centro Tecnológico que trabalha no setor automóvel e na área da Indústria. São os três centros tecnológicos que estão mapeados para o Alto Minho, e que agora se procura fazer que aconteçam. Tecnologia e conhecimento são decisivos para o futuro dos territórios. Se não houver ambição a esse nível, o território não terá condições para fazer o percurso desejável. O senhor presidente conclui a explicação dizendo que o que se apresenta na Assembleia, é a entrada de Melgaço como sócio fundador nesse centro de tecnologia que está a ser criado na área do agroalimentar.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto</b> n.º6	<b>Análise e deliberação da revisão orçamental n.º 3 de 2025</b>
------------------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto da ordem do dia. O Presidente da Câmara referiu que a revisão orçamental em causa apenas faz ajustamentos nalguns projetos candidatados que se fizeram ao Norte 20-30 e que tinham um valor considerado, mas que foi necessário fazer o respetivo ajuste a cada uma dessas rubricas.

Não havendo pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa colocou a votação o assunto, que foi aprovado por maioria, com 9 abstenções da bancada do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto</b> <b>n.º7</b>	<b>Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2024</b>
-------------------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir este ponto da ordem de trabalhos. O Presidente da Câmara referiu que as contas foram apresentadas e aprovadas em abril do corrente ano, na assembleia municipal, e o que agora se apresenta é a obrigação de fazer a consolidação dessas contas. Deixou a nota de que nessa consolidação apresentada em 2025 já não estão presentes as contas das Quintas de Melgaço, uma vez que o município atualmente já não é sócio maioritário.

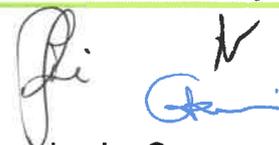
A senhora Presidente da mesa concedeu a palavra ao deputado Pedro Silva que apresentou cumprimentos a toda a Assembleia. A sua intervenção prende-se com a análise das contas consolidadas do município de Melgaço. Referiu que, faltavam nos documentos, o parecer do ROC da Cura-Aquae, ao que o Presidente da Câmara respondeu que é um documento exigível e que fora entregue em reunião de Câmara. A senhora Presidente das Assembleia acrescentou que não estava na mesma pasta dos restantes documentos, mas sim num pdf, numa pasta à parte.

Sobre a apresentação das contas o senhor deputado Pedro Silva referiu que “o Grupo Empresarial Municipal de Melgaço é, sem qualquer dúvida, um ativo estratégico e valioso para o concelho e para todos os melgacenses. E como tal, não pode, nem deve, ser gerido com ligeireza, improvisado ou falta de visão. As empresas municipais existem para servir os cidadãos e para promover o desenvolvimento local. E, embora devam procurar padrões de eficiência comparáveis aos do setor privado, não podem esquecer que têm um dever acrescido de responsabilidade pública, transparência e sustentabilidade, pois gerem recursos que são de todos. Entendem por isso mesmo, não poder assistir de braços cruzados quando vêm sinais preocupantes nas contas consolidadas do Grupo Municipal, que colocam em risco o futuro dessas empresas e, conseqüentemente, o futuro económico e social de Melgaço. Mais um ano e os números não mentem: há uma degradação visível de diversos rácios económicos e financeiros, como a Autonomia Financeira, a Solvabilidade, o Endividamento e o Custo com Pessoal. E, infelizmente, persistem problemas graves em duas empresas



estratégicas para Melgaço: a Melsport e a Cura-Aquae. A Melsport continua a viver quase exclusivamente à custa do Município, seja através de subsídios à exploração, seja pela faturação de serviços prestados ao próprio Município. Isto não é autonomia empresarial, isto é dependência crónica que se transforma num peso constante sobre os ombros dos munícipes. É inegável que tem conseguido organizar eventos importantes, e ninguém o contesta. Mas não basta organizar eventos, é preciso que esses eventos se traduzam em receita efetiva e que contribuam para o equilíbrio financeiro da empresa. Caso contrário, serão, mais uma vez, os melgacenses a suportar tudo do seu bolso, sem retorno visível e palpável à vista. Apesar de um aumento registado nas vendas, a verdade é que as contas apresentadas não nos permitem perceber, com clareza, em que áreas de negócio se concretizou esse crescimento. Aliás, o próprio Contabilista Certificado e o Revisor Oficial de Contas vêm alertar, e cito, "Relativamente à contabilidade de gestão para efeitos da NCP 27 a empresa tem definidos os centros de custo e a inserção de valores com base no sistema informático. No entanto, a informação obtida para efeitos de gestão baseia-se nos custos de atividade, não existindo ainda informação suficiente e detalhada, para efeitos de divulgação no Relatório de gestão conforme exigido nos parágrafos 34 a 37 da NCP 27, existindo expectativas que durante o próximo ano o sistema disponibilize toda a informação. Esta nota já existe há vários exercícios e a sua implementação é adiada ad - eternum.

Senhor Presidente, é doloroso dizê-lo, mas as Termas de Melgaço estão numa situação anorética há anos. Funcionam intermitentemente, sem conseguir afirmar-se como polo turístico e económico de relevo. E isto num concelho que precisa desesperadamente de novos motores económicos. Ano após ano, acumulam-se prejuízos. O parceiro privado continua a injetar capital para tapar buracos sucessivos. Até quando? Até quando podemos esperar que um parceiro privado continue a pôr dinheiro numa empresa que não apresenta perspetivas de recuperação? Preocupamos também o estado de degradação das instalações das Termas. Perguntamos aqui, claramente: há ou não planos concretos para obras de requalificação das Termas? E há ainda uma questão que para mim é ano após ano um mistério. Refiro-me à dívida inscrita no passivo da empresa ao parceiro privado. Os valores em dívida à 1884 - Saúde e Bem Estar, Lda, e a Augusto Pires encontram-se classificados em passivo não corrente dado que a entidade não irá proceder à regularização desse saldo nos



próximos anos. Estes suprimentos são ou não exigíveis pelo parceiro privado. Se não são, porque estão registados como tal no Balanço da Cura-Aquae? O que está aqui em causa é a boa utilização dos dinheiros públicos, está em causa a imagem do concelho e, sobretudo, está em causa o futuro dos melgacenses.”

O deputado Pedro Silva terminou a sua intervenção agradecendo a atenção dispensada.

A senhora Presidente da mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. O Presidente referiu que todas as questões que o deputado colocou, de alguma maneira, têm sido respondidas ao longo dos anos, quer relativamente à Melsport, quer relativamente à Cura-Aquae. Relativamente à última questão colocada, por ser muito técnica, o Presidente não entendeu muito bem. Disse que, a verdade é que realmente o passivo tem sido assumido como suprimento pela entidade privada, que tem alguma expectativa de vir a recuperar esse passivo, no futuro, quando houver mais dinamismo pela empresa e isso possivelmente acontecerá nos próximos anos. A entidade privada, na Cura-Aquae, fez investimento forte na empresa e nas instalações, investimento feito com energia solar, pois contrariamente à maior parte das termas deste país, é preciso muita energia para aquecer a água. O Presidente da autarquia acredita que, com o Grande Hotel do Pezo a ser inaugurado brevemente, as termas de Melgaço tenham outra vida. Estes últimos tempos têm tido uma enorme procura, não só a componente balnear, mas também outro conjunto de componentes associadas, e já se nota esse dinamismo à volta das termas. Terminou a intervenção dizendo que fazia uma vénia ao empresário melgacense Augusto, investidor privado, que juntamente com o seu parceiro empresarial tem sido extraordinário. Desde 2019, na operação Cura-Aquae, conseguiu-se fazer esse trajeto difícil, mas que se espera e deseja um trajeto bem diferente no futuro.

Terminada a intervenção e não havendo mais pedidos, a senhora Presidente da Mesa colocou a votação este assunto, que foi aprovado por maioria, com 9 votos contra da bancada do grupo parlamentar do PSD. Ambas as bancadas apresentaram declaração de voto.

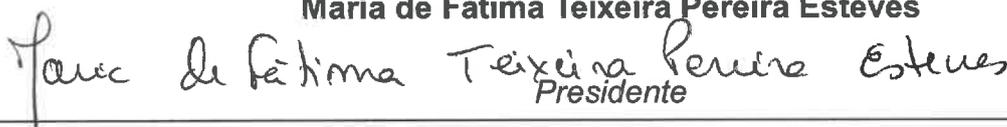
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto</b> n.º8	<b>Intervenção do Público</b>
------------------------	-------------------------------

Não se registaram pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

**Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves**

  
Presidente

**Catarina Aurora Rodrigues Mira**

  
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

**António Nabeiro**

  
2.º Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO  
QUANTO AO ASSUNTO Nº “7” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE  
28/06/2025

(“Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2024”)

A demonstração de contas consolidadas para empresas municipais, de acordo com o preceituado pelo artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, envolve a apresentação de demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas a um município como se fossem uma única entidade.

De facto, os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, deste modo, as entidades expressamente identificadas por “entidade mãe” ou “entidade consolidante”.

De acordo com o expresso no nº 3 do referido artigo 75º considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades por eles controladas, de forma direta ou indireta.

O Grupo Empresarial Municipal de Melgaço é um ativo estratégico e valioso para o concelho e para os Melgacenses, e como tal não pode, nem deve, ser gerido com ligeireza, improvisado ou falta de visão.

As empresas municipais existem para servir os cidadãos e para promover o desenvolvimento local, e embora devam procurar padrões de eficiência comparáveis aos do setor privado não nos podemos esquecer que têm um dever acrescido de responsabilidade pública, de transparência e de sustentabilidade, pois gerem recursos que são de todos. Por isso mesmo não podemos assistir de braços cruzados quando vemos sinais preocupantes nas contas consolidadas do Grupo Municipal, que colocam em risco o futuro destas empresas e, conseqüentemente, o futuro económico e social do concelho de Melgaço.

Mais um ano e os números não mentem. Há uma degradação visível de diversos rácios económicos e financeiros, como seja o caso da Autonomia Financeira, da Solvabilidade, do Endividamento e dos Custos com Pessoal. E, infelizmente, persistem problemas graves em duas empresas estratégicas para Melgaço, a “Melsport” e a “Curae Aquae” (lembrando-se que este ano não se apresentam as contas da “Quintas de Melgaço, S.A.” pelo facto de o Município já não deter, atualmente, em tal sociedade, a maioria do capital social).

Dizer, quanto à “Melsport”, que a empresa continua a viver quase exclusivamente à custa do Município, seja através de subsídios à exploração, seja pela faturação de serviços prestados ao próprio Município. Isto não é autonomia empresarial, antes uma dependência crónica que se transforma num peso constante sobre os ombros dos munícipes.

Não basta organizar eventos, é preciso que esses eventos se traduzam em receita efetiva e que contribuam para o equilíbrio financeiro da empresa, pois caso contrário continuarão a ser os Melgacenses, e cada vez em maior medida, a suportar do seu bolso, os *déficits* orçamentais.

Apesar de um aumento registado nas vendas, a verdade é que as contas apresentadas não nos permitem perceber, com clareza, em que áreas de negócio se concretizou esse crescimento. Aliás, o próprio Contabilista Certificado e o Revisor Oficial de Contas vêm alertar, e citamos, *“Relativamente à contabilidade de gestão para efeitos da NCP 27 a empresa tem definidos os centros de custo e a inserção de valores com base no sistema informático. No entanto, a informação obtida para efeitos de gestão baseia-se nos custos de atividade, não existindo ainda informação suficiente e detalhada, para efeitos de divulgação no Relatório de gestão conforme exigido nos parágrafos 34 a 37 da NCP 27. Existindo expectativas que durante o próximo ano o sistema disponibilize toda a informação”*. Esta nota já existe há vários exercícios e a sua implementação é adiada *ad eternum*.

Já no que respeita à “Cura Aquae”, mesmo sendo doloroso dizê-lo, a verdade é que as Termas de Melgaço estão numa situação anorética desde há anos. Funcionam intermitentemente, sem conseguir afirmar-se como um polo turístico e económico de relevo, e isto num concelho que precisa desesperadamente de novos motores económicos.

Ano após ano, acumulam-se prejuízos. O parceiro privado continua a injetar capital para tapar buracos sucessivos. Até quando? Até quando podemos esperar que o parceiro privado continue a pôr dinheiro numa empresa que não apresenta perspectivas de recuperação?

Preocupa-nos também o estado de degradação das instalações e equipamentos das Termas. Perguntamos aqui, de uma forma clara: há ou não há planos concretos para obras de requalificação das Termas?

E sobressalta-nos ainda uma outra questão, que ano após ano se afigura um mistério, concretamente a da dívida inscrita no passivo da empresa ao parceiro privado. Os valores em dívida à sociedade “1884 - Saúde e Bem Estar, L.da”, e a Augusto Pires, encontram-se classificados em passivo não corrente, dado que a entidade não irá proceder à regularização desse saldo nos próximos anos. E pergunta-se: estes suprimentos são ou não exigíveis pelo parceiro privado? Se o são quando serão pagos ou satisfeitos? E se o não são porque estão registados como tal no Balanço da “Cura Aquae”?

No relatório e parecer do Fiscal Único dá-se nota de que de harmonia com o nº 1 do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a “Cura Aquae” encontra-se nas condições das alíneas a) e d) do nº 1 do referido preceito, *“sendo portanto obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução”*, acrescentando-se, logo de seguida, que *“O prolongamento desta situação comporta uma incerteza material que pode lançar dúvida significativa acerca da capacidade da Entidade assegurar a continuidade das operações.”*. Esta situação já se prolonga desde há meia dúzia de anos. E chegados aqui cumpre perguntar: nada se faz? Não se cumpre a lei? Trata-se de cegueira ou de falta de coragem política?

Em ambos os casos, das empresas de capital exclusiva ou maioritariamente municipal, a “Melsport” e a “Cura Aquae”, o que está em causa é a boa utilização dos dinheiros públicos, está em causa a imagem do concelho, e está em causa, sobretudo, o futuro dos Melgacenses (o que não se deve olvidar).

Em função do exposto o nosso sentido de voto apenas poderia ser “Contra”.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 07 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 28 de Junho de 2025:  
“Análise e deliberação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas de  
2024”**

\*\*\*\*\*

**O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o assunto em questão.**

Dado tratar-se de um documento, essencialmente contabilístico foi essencial para a nossa bancada o parecer técnico emitido pelos auditores e que se encontra anexo ao referido documento, mas do qual salientamos:

**“...O Relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.”**

Melgaço, 29 de Junho de 2025

*Pe/1* Grupo Municipal do Partido Socialista